

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

Nayara de Oliveira Souza

**A economia local e as transformações na paisagem: a fazenda de D.
Joaquina do Pompéu e a pecuária no centro-oeste mineiro.**

Viçosa, MG
Junho - 2011

Nayara de Oliveira Souza

**A economia local e as transformações na paisagem: a fazenda de D.
Joaquina do Pompéu e a pecuária no centro-oeste mineiro.**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.
A banca examinadora é composta:

Prof. Leonardo Civale (Orientador)
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Lídia Lúcia Antongiovanni
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Ana Louise de Carvalho Fiúza
Universidade Federal de Viçosa

Viçosa
Junho/2011

Dedico este trabalho a minha família:

Meu pai, José Augusto;

Minha mãe, Sandra;

Meu irmão, Heider.

Agradecimentos

Agradeço, antes de tudo e sempre, a Deus.

Agradeço aos meus pais, Sandra e José Augusto, que sempre me apoiaram em todas as decisões. Por seu amor incondicional! Sem vocês não seria nada!

Agradeço ao meu irmão Heider, por sua compreensão e paciência para minha formação. Por ser meu amigo! Valeu Gordão!

Agradeço ao meu namorado, Tiago. Por sua presença e incentivo constante. Por me compreender nos momentos de aflições e dúvidas. Te amo!

Agradeço aos meus amigos que conheci em Viçosa, especialmente Andréa, Mari, Yasmin e Paulo, que dividiram comigo as angústias durante a graduação e também comemoraram, e muito, as realizações. A nossa amizade será eterna!

Agradeço, também a todos os professores do Departamento de Geografia, em especial ao professor Leonardo Civalle, que sempre se mostrou disposto e animado em contribuir para minha formação, acreditando nas minhas idéias mesmo quando pareciam loucas. Obrigada, Léo!

Agradeço à professora e querida Ana Louise, pelas palavras amigas, pelos puxões de orelha, pelos livros, por seu incentivo e esforços na realização deste e de outros trabalhos. Você foi essencial para esta vitória.

Agradeço ao povo de Pompéu, que recebeu a mim e a minha família com tamanho carinho que hoje já somos pompeanos de coração. Especialmente sou grata, à D. Orivalda que me apresentou o primeiro livro, despertando em mim a paixão para desenvolver este trabalho; ao Jacson de Souza, por horas intermináveis de conversas sobre a riqueza de nossas memórias e histórias; também sou grata ao Hugo Castro, por sua prontidão em me apresentar a cultura de Pompéu, seu passado e as oportunidades para o futuro; agradeço também ao Fernando Alan, que acompanhou todo processo de elaboração deste trabalho, sempre me incentivando mesmo quando minhas idéias estavam perdidas; ao André Rachid pelas fotos e por me apresentar pessoas importantes para a realização deste trabalho; ao prefeito Joaquim Campos Reis, pelo apoio ao trabalho. Enfim sou grata a todos aqueles em Pompéu que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho, pelas conversas, pelos livros e revistas emprestados e pelos “causos” contados.

Agradeço a todos, que direta ou indiretamente confiaram e acreditaram na realização deste trabalho. Obrigada!

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo principal a análise da transformação da paisagem a partir de um recorte espacial, a fazenda de D. Joaquina do Pompéu, que mais tarde daria origem à cidade de Pompéu, no período da segunda metade do século XVIII e início do XIX. Buscando analisar as transformações históricas e geográficas, econômicas e ambientais ocorridas neste espaço, bem como, qualificar a interferência da ação humana na produção e transformação dessa área em estudo, a qual resultou na dinâmica de pólo fornecedor de carne bovina às Vilas da Capitania de Minas e ao Rio de Janeiro. O trabalho se apoiou em estudo bibliográfico, objetivando o resgate histórico da ocupação regional. Com relação ao conceito de paisagem, assumiu a abordagem sistêmica, visando uma análise da inter-relação de interesses humanos a aspectos naturais. Neste contexto, pretendemos compreender como o desenvolvimento de uma economia local foi capaz de subsidiar as transformações na paisagem da Fazenda de D. Joaquina de Pompéu, hoje município de Pompéu, durante o período que se estende da segunda metade do século XVIII até o início do século XIX. Dando destaque ao papel da matriarca e ao desenvolvimento da pecuária na região que até os dias atuais tem como principal atividade econômica produtos derivados da produção agropecuária.

Palavras-chave: paisagem, D. Joaquina do Pompéu, economia local.

SUMÁRIO

	LISTA DE FIGURAS	01
	INTRODUÇÃO	02
I	O CONCEITO DE PAISAGEM	06
II	D. JOAQUINA DO POMPÉU	09
III	POVOAMENTO INTERIOR E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM	13
IV	PRODUÇÃO ALIMENTAR E ECONOMIA COLONIAL	20
V	A FAZENDA E A HERANÇA DE D. JOAQUINA DO POMPÉU	31
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
	ANEXOS	43

Somos fruto da paisagem em que vivemos; ela dita nosso comportamento e até nossos pensamentos, na medida em que reagimos a ela. (Laurence Durrel).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Localização do Município de Pompéu.....	11
Figura 2: Mapa de Penetração no Brasil Central com a Mineração.....	14
Figura 3 : Regionalização da Capitania de Minas Gerais.....	15
Figura 4 – Imagem da Vila de Pitangui.....	16
Figura 5 : Capitania de Minas Gerais e suas comarcas.....	18
Figura 6 - Mapa dos domínios de D. Joaquina do Pompéu.....	32
Figura 7 – Cemitério dos brancos.....	33
Figura 8 – Cemitério dos negros.....	34
Figura 9 – Acrílico de D. Joaquina por Yara Tupynambás.....	37

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende compreender como o desenvolvimento de uma economia local foi capaz de subsidiar as transformações na paisagem da Fazenda de D. Joaquina de Pompéu, hoje município de Pompéu, durante o período que se estende da segunda metade do século XVIII até o início do século XIX. Dando destaque ao papel da matriarca e ao desenvolvimento da pecuária na região que até os dias atuais tem como principal atividade econômica produtos derivados da produção agropecuária.

Pompéu é um município localizado a 164 quilômetros de Belo Horizonte, no Centro-Oeste de Minas Gerais na região do Alto São Francisco. Com um relevo levemente ondulado, seu domínio morfoclimático é marcado por terras do cerrado brasileiro, hoje bastante devastado. Este tipo de vegetação é característica de regiões com clima semi-úmido, constituindo-se principalmente de gramíneas, arbustos e árvores de médio porte, tendo como principal característica os troncos e galhos retorcidos e as folhas espessas e coriáceas. É um município de pequeno porte¹, de acordo com as análises feitas por Veiga (2004) e tem uma população de cultura e práticas ligadas ao meio rural. Sua economia, baseada principalmente na produção leiteira, em 2007 se tornou a maior bacia leiteira do estado de Minas Gerais e segunda maior do Brasil; de gado de corte; álcool combustível; móveis; extração e beneficiamento de ardósia e plantio de eucalipto.

Meu interesse por esta cidade surgiu de uma mudança. A mudança de minha família para Pompéu. Toda mudança é difícil, traz inseguranças e questionamentos. Apesar de termos vivido durante toda a nossa vida na mesma região, em uma cidade há 80 quilômetros dali, Bom Despacho², transferir toda uma vida para outro local nos fez refletir sobre o nosso lugar, a nossa identidade.

¹ Sobre estes critérios, Veiga (2004) salienta que para análise da configuração territorial brasileira é preciso combinar alguns fatores de análise, como: tamanho populacional, densidade demográfica e localização. E revela que devem ser considerados municípios de pequeno porte aqueles que possuem simultaneamente menos de 50mil habitantes e menos de 80hab/km² e de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou que a densidade seja maior que 80hab/km², mesmo tendo menos de 50 mil habitantes. Segundo estes critérios, apontados por Veiga (2004.), Pompéu, pode ser classificada como um município de pequeno porte, pois possui ao mesmo tempo um numero inferior a 50mil habitantes (29.083 em 2000.) e uma densidade demográfica inferior a 80hab/km² (11,37hab/km²).

² Bom Despacho localiza-se no Centro-Oeste de Minas Gerais, na região do Alto São Francisco, com uma vegetação típica de cerrado e predominância do clima tropical. Com uma topografia pouco acidentada as atividades agrícolas e de pecuária são importantes na região. Criada em 1912, a cidade mostra-se em constante crescimento populacional. O município apresenta uma densidade demográfica atual de 36,50

No momento da mudança eu era estudante de Geografia na Universidade Federal de Viçosa e meu olhar questionador já estava aguçado. Começaram a fervilhar em minha mente diversas perguntas e dúvidas sobre aquele lugar tão próximo de minha terra natal e com costumes tão diferentes. Percebi que para este povo as distancias entre o campo e a cidade são pequenas. Lá se ouve sertanejo e moda de viola o tempo todo; cavalos e carros de boi desfilam pela cidade em concorrência com as bicicletas e caminhonetes; parece que todo mundo tem uma casa na roça; os assuntos em bares ou rodas de conversa estão sempre ligados ao preço do leite, à lida na fazenda ou a chuva que não veio; o comércio gira em função dos negócios no campo; as roupas nas vitrines tem um estilo “caubói”; os prefeitos e a elite política são quase sempre fazendeiros ou empresários ligados ao meio rural; há uma forte tradição em lembrar D. Joaquina do Pompéu, matriarca da cidade; enfim, parece que os modos de vida rurais e urbanos andam lado a lado. Parece que a terra tem um significado diferenciado para este povo e não importa a qual ramo dos negócios cada um se dedique, a exploração da terra sempre está presente no cotidiano. Mas por quê? Porque esta cidade se comportava de maneira tão diferenciada daquela em que eu vivi tantos anos? Apesar de ser tão próxima, percebi que o desenvolvimento daquela cidade era marcado por práticas ligadas ao meio rural que se originaram há mais de dois séculos, na figura de D. Joaquina Bernarda da Silva Abreu e Silva Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, D. Joaquina do Pompéu.

Mulher, latifundiária, escravocrata, membro da elite econômica e política do centro-oeste das Minas Gerais, durante meados do século XVIII e principio do XIX, D. Joaquina do Pompéu sobrevive na memória de toda a população não só de Pompéu, mas por onde sua fama e familiares se alastraram. A tradição de grande fazendeira e produtora agropecuária na região, exibe resquícios até hoje na cultura e economia local. E é na tentativa de compreender as origens da profunda relação com o meio rural e a importância da figura desta matriarca que se estabelece nesse município, criando profundos vínculos de identidade, é que pretendemos analisar o período inicial de formação desta cidade, o período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e o inicio do século XIX, período de transformações políticas, econômicas e

hab/km² e pode-se considerar que o município tem uma pressão antrópica de média a baixa. Bom Despacho é um centro regional sendo que seus municípios limítrofes buscam na cidade produtos e serviços que não encontram em seus próprios municípios. O município de Bom Despacho se destaca por ser um pólo regional e embora toda a sua tradição na agropecuária tem se mostrado bastante dinâmico diante as modificações do mercado e da população.

culturais no Brasil e sobretudo em Minas Gerais. A descoberta, ascensão e decadência do ouro, o povoamento do interior do Brasil, a exportação de bens primários e o abastecimento da colônia construiu e transformou substancialmente a paisagem deste período.

Trataremos neste trabalho do desenvolvimento de uma economia local e de uma paisagem pintada na memória. Na memória daqueles que fazem estar presente, mesmo decorrido mais de dois séculos, a figura de D. Joaquina do Pompéu e a importância histórica da agropecuária para esta cidade. O período em questão nos traz algumas dificuldades metodológicas, já que não encontramos documentos iconográficos que poderiam nos auxiliar a compreender como se deu a transformação da paisagem do centro-oeste mineiro, mais especificamente na Fazenda de D. Joaquina do Pompéu. Não existem fotos e nem pinturas de D. Joaquina ou de sua fazenda no período, então, como falar de paisagem se não podemos ilustrar com documentos iconográficos? Nos ateremos à memória. A memória coletiva ou individual que compõem imagens e representações deste período. Elas estão expressas em livros, artigos, revistas, romances³, documentos, cartas e teses, mas também podemos encontrá-la nos “causos”⁴ que o povo conta. Nos ateremos neste trabalho às fontes escritas que procuraram desnudar o passado desta Senhora e a trabalhos de historiadores e geógrafos que buscaram compreender as transformações econômicas, políticas e culturais do período, afim de compreender as transformações na paisagem, que se configura como resultado das interações de interesses humanos à aspectos naturais, ocorridas na segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

Neste sentido, este estudo se torna importante para discussão geográfica por tratar das transformações na paisagem e na economia do centro-oeste de Minas, no período compreendido entre a metade do século XVIII e início do XIX, como forma de discutir sobre os processos que subsidiaram a transformação da paisagem local e que podem ser observados na cultura e economia local ainda hoje presentes nos modos de vida do povo de Pompéu.

³ O romance utilizado na pesquisa a qual me refiro no corpo do texto, é o romance de Agripa Vasconcelos (1999), “Sinhá Braba”, nele o autor garante a veracidade dos fatos e nomes por meio de cartas e documentos oficiais de D. Joaquina que passaram de geração em geração e se encontravam no momento da obra em posse de sua família, que é descendente da Senhora.

⁴ O meu primeiro contato com D. Joaquina do Pompéu foi através destes causos que fazem esta figura estar presente na história de Minas Gerais, mas pela imprecisão dos fatos preferi me ater às fontes oficiais para compreender a transformação da paisagem de Pompéu, que tem na figura de D. Joaquina o ponto central.

Nesta pesquisa pretendemos compreender como o desenvolvimento de uma economia local foi capaz de subsidiar as transformações na paisagem da Fazenda de D. Joaquina de Pompéu, hoje município de Pompéu, durante o período que se estende da segunda metade do século XVIII até o início do século XIX, compreender as transformações ocorridas na paisagem apreendendo o contexto em que vivia a sociedade no período em questão, as principais atividades econômicas e cultura de vida empregada que moldaram a paisagem do centro-oeste mineiro. Então, como se deu a transformação da paisagem de Pompéu neste período? Qual o papel da pecuária nesta transformação? Como D. Joaquina se articulou para desenvolver uma economia local, com a produção de gêneros básicos à alimentação da colônia, capaz de abastecer não somente as Vilas próximas, mas também os mercados do Rio de Janeiro?

Afim de responder a tais questionamentos, organizamos nosso trabalho em cinco capítulos que buscam compreender os principais pontos que subsidiaram as transformações da paisagem no período em questão. Assim, no primeiro capítulo, nos dedicamos ao conceito de paisagem, apresentando uma discussão a respeito da paisagem, buscando compreender o conceito como o resultado da inter-relação entre os interesses humanos e os aspectos naturais. O segundo capítulo, “D. Joaquina do Pompéu”, remonta a memória de D. Joaquina e a caracterização atual da área em estudo. O terceiro capítulo, “Povoamento interior e transformação da paisagem”, explicita como as correntes de povoamento, ora impulsionadas pelo ouro, ora pela pecuária, moldaram e transformaram a paisagem da Capitania de Minas Gerais. No quarto capítulo, “Produção alimentar e economia colonial”, traça um retrato da economia mineira após a decadência do ouro e o desenvolvimento da agropecuária na Fazenda de D. Joaquina, se tornando um pólo abastecedor de gêneros alimentícios para o mercado interno. E por fim, o último capítulo, “A fazenda e a herança de D. Joaquina do Pompéu”, dá dimensão do grandioso latifúndio, a sua riqueza, a importância desta Senhora para consolidação de uma economia local e a tradição em ser lembrada ainda nos dias atuais exibindo resquícios na cultura e economia da cidade de Pompéu.

CAPÍTULO I – O CONCEITO DE PAISAGEM

Neste trabalho nos ateremos ao conceito de paisagem, que faz referência, em uma tradução livre, às heranças de diversas relações entre o homem e a natureza acumuladas ao longo do tempo e do espaço (SANTOS, 2008). Deste modo, vale ressaltar aqui, como cita Silveira (2009), que devido à tamanha complexidade que o conceito de paisagem abarca é necessário um enfoque que “defina o conjunto de elementos envolvidos, a escala a ser considerada e a temporalidade da mesma.”, assim pretendemos apresentar as transformações ocorridas na paisagem na então fazenda de Dona Joaquina de Pompéu pela economia colonial entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

O conceito de paisagem está presente na Geografia desde a sua institucionalização como ciência no século XIX, e daí por diante foram sendo reveladas diversas conotações para o conceito, o que proporcionou a evolução nos estudos sobre o tema e a atualidade em ter este conceito como foco principal de nosso trabalho. Segundo Silveira (2009), é somente a partir do século XV, com o advento do Renascimento Cultural que “as premissas históricas da paisagem” tomam corpo e “a pintura revela um novo interesse pela natureza, rompendo com a visão de mundo dominada por concepções teológicas.” Para o autor, é a partir deste momento que a paisagem deixa de ter um significado apenas de referencia espacial ou objeto de observação e contemplação, “ela se coloca num contexto cultural discursivo, primeiro nas artes e, pouco depois, nas abordagens científicas que rompem com a ideia medieval de que o mundo era uma criação divina”.

O período que se estende entre os séculos XIX e início do XX se configura basicamente em duas perspectivas de se compreender o conceito de paisagem. A primeira que revela o conceito a partir da descrição e caracterização dos ambientes naturais, configurando o que Humboldt chamou de “paisagem natural” e a segunda que coloca o homem como parte integrante e capaz de agir na configuração e transformação da paisagem, que podemos chamar de “paisagem humanizada”. Estas duas primeiras perspectivas deram base para geógrafos e estudiosos contemporâneos aceitar e contribuir para com o conceito de paisagem. Milton Santos (2008) considera que:

“a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações

localizadas entre o homem e a natureza.” E ainda complementa que “a paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Neste sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal.” (SANTOS, 2008)

Neste sentido o autor aborda a paisagem como um conjunto de inter-relações humanas e geomorfológicas que se compõe ao longo do tempo e do espaço, capazes de transformar e configurar a paisagem através de ações e objetos concretos que permanecem presentes no espaço mesmo que realizadas em um passado distante.

Para Passos (2003 *apud in* COUTO, DELGADO, PASSOS, 2009):

“o termo paisagem: ao transmitir a ideia de lugar, de território, se confunde muitas vezes com a de natureza. A natureza, todavia, não é a paisagem. São termos distintos, porém, muitas vezes confundidos. A natureza em si remonta a própria formação do planeta, já à paisagem só existe aos olhos do homem, seu observador, na justa medida em que a percebe, a reconhece. Ela é construída e alterada pelo homem, através de seu trabalho, de acordo com sua capacidade técnica e de acordo com seu contexto cultural e social.” (PASSOS, 2003. *apud* COUTO, DELGADO, PASSOS, 2009.)

Neste contexto, segundo o autor, a paisagem nada tem a ver com fatores geomorfológicos unicamente, ela só existe quando é percebida pelo homem. Ela é percebida pelo homem não como algo contemplativo, e só é reconhecida quando o homem percebe ser parte integrante da paisagem, capaz de modificá-la de acordo com seus interesses e o contexto cultural e social em que vive. Assim, a paisagem para Passos (2003 *apud* COUTO, DELGADO, PASSOS, 2009), vai além da simples relação homem e natureza, esta relação depende do contexto social e cultural que se modifica ao longo do tempo e dos acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Seguindo a mesma corrente, Couto, Delgado e Passos (2009) consideram a paisagem como resultado da “interação homem-meio, pois é fruto das relações sociais” e ainda complementa que a paisagem “revela os acompanhados da história de um povo e de uma época, carregada de objetividade e subjetividade, de interesses econômicos, políticos mais diversos.” Portanto, não é possível negar a intervenção antrópica na paisagem, as marcas na história e no espaço imprimem os usos e costumes do povo, as tradições e os interesses econômicos, políticos, culturais.

Em outra conceituação, Paul Claval (2007) afirma:

“os espaços humanizados superpõem múltiplas lógicas: eles são em parte funcionais em parte simbólicos. A cultura marca-os de diversas maneiras: modela-os através das tecnologias empregadas para explorar as terras ou construir os equipamentos e as habitações; molda-os através das preferências e os valores que dão as sociedades suas capacidades de estruturar espaços mais ou menos extensos e explicam o lugar atribuído as diversas facetas da vida social; ajuda enfim a concebê-los através das representações que dão um sentido ao grupo, ao meio em que vive e ao destino de cada um.” (CLAVAL, 2007)

Para o autor, a paisagem é um espaço humanizado. O homem tem uma capacidade superior que simplesmente transformar os elementos naturais da paisagem, ele pode mudar o modo de pensar a paisagem, portanto a paisagem é uma representação cultural de diversos povos em variados momentos históricos. E ainda complementa que:

“As paisagens são, pois, feitas de elementos de idades diferentes. A maior parte permanece funcional, mas a destruição de certos edifícios torna-se às vezes, mais cara do que o espaço que ocupam. Transformam-se pouco a pouco em ruínas. Estas terminam por ser investidas de valores sentimentais: o passado coexiste com o presente. A paisagem demanda um leitura arqueológica no sentido de contemplar a interpretação funcional que se impõe primeiramente.” (CLAVAL,2007)

Neste sentido, é preciso um olhar diferenciado sobre a paisagem atual para se compreender todos os processos de formação por qual ela passou. A paisagem muda ao longo do tempo de acordo com ações e pensamentos humanos, concebem funcionalidades diferentes e para compreender a paisagem no momento de investigação pretendida é preciso mergulhar no contexto cultural daquele período histórico.

Nesta pesquisa, nos ateremos ao conceito de paisagem que considera a ação humana como fonte formadora e transformadora da paisagem. Bebendo da fonte de estudiosos como Milton Santos, Paul Claval e Couto, Delgado e Passos entendemos a paisagem como resultado da interação de interesses humanos a aspectos naturais. E que nela estão expressos, diversos momentos históricos, carregados com seus interesses políticos, econômicos, culturais, tradições, costumes e usos. Nesta pesquisa pretendemos compreender como o desenvolvimento de uma economia local foi capaz de subsidiar as transformações na paisagem da Fazenda de D. Joaquina de Pompéu, hoje município de Pompéu, durante o período que se estende da segunda metade do século XVIII até o início do século XIX.

CAPÍTULO II – D. JOAQUINA DO POMPÉU

A figura marcante de Joaquina Bernarda da Silva Abreu e Silva Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, Dona Joaquina do Pompéu, nasceu em Mariana-MG em 20 de agosto de 1752 e mudou-se com as irmãs e o pai após o falecimento da mãe para a Vila do Pitangui em 1762. Pitangui⁵ surgiu no final do século XVII, primeiramente descoberta por negros fugidos do sul da Bahia e mais tarde explorada e habitada por bandeirantes paulistas. Sétima Vila do Ouro em Minas Gerais, esta cidade é considerada por muitos historiadores a “célula mater” de formação de inúmeros municípios do centro-oeste mineiro, palco de revoltas contra a coroa e berço de inúmeras figuras ilustres do cenário político nacional.⁶

⁵ A origem de Pitangui está ligada a um importante momento na história das Minas Gerais, o ciclo do ouro. No final do século XVII a região Centro Oeste de Minas Gerais foi invadida por bandeirantes ávidos na busca pelo metal mais precioso e apreciado da época, o ouro. A primeira bandeira em busca de ouro foi liderada por Bartolomeu Bueno da Siqueira, o Anhanguera. Ele havia recebido cartas de orientação da localização do ouro de seu cunhado Antônio Rodrigues Arzão que em 1693 encontrou ouro pela primeira vez nas Minas de Cataguás. Na primeira incursão em busca de ouro há relatos no livro escrito por Deusdedit P. Ribeiro de Campos(2003), “Dona Joaquina do Pompéu: Sua história sua Gente”, de que Anhanguera teria encontrado ouro que pesava “mais de uma onça”, uma medida geralmente usada em países anglo-saxões, que equivale hoje em torno de 0,03Kg de ouro bruto exposto na terra. Em suas incursões, também relatadas no livro de Campos (2003), o líder da bandeira também encontrou negros explorando tal ouro, estes negros teriam adentrado o território mineiro fugidos da escravidão no sul da Bahia e encontrado naquela região prosperidade para a nova vida. A ocorrência de ouro com tamanha facilidade levou inúmeras pessoas àquela região em busca do metal precioso, formando um arraial, o Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Onça, em homenagem a suposta onça de ouro encontrada por Anhanguera.

Com intenso povoamento e a grande exploração do ouro, o então governador das Minas Gerais D. Braz Baltazar da Silveira decreta em 9 de junho de 1715 que o então arraial passaria à condição de vila, a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui. O nome Pitangui era uma referência desde o início do povoamento local. Joaquim Ribeiro Costa, no livro Toponímia de Minas Gerais, citado no site da Confederação Nacional do Municípios (CNM, 2010) apresenta duas versões para o vocábulo. Uma explicação é pitang-y - rio das pitangas -; a outra, mitang-y - rio das crianças. Existe também uma outra versão de que a origem do vocábulo vem da corruptela ‘pinta-aqui”, uma exclamação usada por garimpeiros quando encontravam pepitas de ouro. (CNM, 2010). Pitangui esteve no cenário político e econômico das Minas Gerais por muito tempo, famosa por seus motins e profunda influência política. Mas o ouro que provocava tamanho reboliço tanto na população que dele sobrevivia, quanto na Coroa que dele se abastecia, não durou por muito tempo. Logo chegou seu período de declínio de exploração. No entanto Pitangui continuava a ser um pólo regional de abastecimento das regiões e fazendas próximas e também dos viajantes que seguiam rumo ao Centro Oeste do Brasil

⁶ Entre 1713 e 1715, aconteceram as primeiras revoltas pitanguienses contra as imposições da Coroa Portuguesa, a primeira, o Motim da Cachaça, lutava contra a cobrança do Quinto que por sua vez teria elevado demasiadamente o preço da cachaça, item básico de consumo no arraial naquela época. Mais tarde, no Motim do Quinto, teria havido muitas mortes, os líderes do movimento diziam que se alguém pagasse o quinto seria morto. Mesmo com a derrota da Vila de Pitangui, os pitanguienses não pagaram a dívida e tiveram seus dividendos perdoados pela Capitania de Minas Gerais. Junto com a formação do então arraial em Vila, surgiram inúmeros conflitos e motins. Em 1715, houve o Motim do Pilar, que reivindicava que a Vila se chamasse Vila da Nossa Senhora do Pilar do Pitangui e não da Nossa Senhora da Piedade do Pitangui. Em 1720, o Motim da Sedição, contra representantes da Coroa na Vila para cobrança de impostos, culminou em possíveis mortes por enforcamento, que ainda não foram

Lá se casou, em 1764, com o então Comandante da Companhia de Ordenanças, parte da Milícia dos Dragões das Minas Gerais, Inácio de Oliveira Campos, ele com 30 anos e ela com 12 anos apenas. Em 1784, o casal adquiriu e mudou-se para a Fazenda Nossa Senhora da Conceição que pertencia a Antonio Pompeu Taques, daí a origem da denominação D. Joaquina do Pompéu se remetendo o proprietário da antiga fazenda do senhor Pompeu e mais tarde dando também origem ao nome do município de Pompéu.

A área de estudo hoje compõe o município de Pompéu⁷, Situado no Alto São Francisco, da região centro-oeste de Minas Gerais. O município de Pompéu é cercado pelos rios São Francisco, Paraopeba e Pará, represas, diversos córregos, grutas, cachoeiras e açudes. É composto por uma área de 2557,2km² de terras no cerrado brasileiro, em grande parte férteis e cultiváveis. Com uma economia baseada principalmente na produção leiteira, em 2007 se tornou a maior bacia leiteira do estado de Minas Gerais e segunda maior do Brasil; de gado de corte; álcool combustível; móveis; extração e beneficiamento de ardósia e plantio de eucalipto. (PREFEITURA

comprovadas. (FIUZA, 2008). A câmara pitanguiense era o primeiro órgão a pleitear junto á Assembleia da Província a emancipação de seus próprios arraiais. É o caso de Dolores do Indaiá que, em 1850, foi elevada a Vila por intermédio de pedido feito pelo legislativo de Pitangui. (FIUZA, 2008)

⁷ A atual cidade de Pompéu nasceu nas terras de D. Joaquina, de um então arraial chamado “Buriti da Estrada”, que se referia a um pequeno buritizal às margens da antiga Estrada Real que ligava Montes Claros a Pitangui. Nessa estrada passavam boiadas que vinham daquela região rumo a Pitangui. Os vaqueiros faziam “pouso” em Santo Antonio da Estrada, hoje Curvelo, e de lá vinha procurando o buritizal, Buriti da Estrada, ponto tradicional de reunião de boiadas, acabou por dar origem a um dinâmico arraial.

Por volta de 1840 o genro de D. Joaquina, Joaquim Cordeiro Valadares construiu a primeira Igreja do arraial e a doou porções de terras para que fossem construídas as primeiras casas alavancando o desenvolvimento do arraial. Ainda neste período o genro de D. Joaquina também ergueu a primeira escola.(CAMPOS, 2003)

Em 1866 o então arraial Buriti da Estrada foi denominado distrito de Nossa Senhora da Conceição de Pompéu, pertencente ao município de Pitangui. A estrada de ferro de Pompéu foi inaugurada em 1893, a Estrada Ferro Oeste de Minas e a ligação da cidade, a Belo Horizonte por estrada de automóvel foi feita 1932 permitindo, segundo o Plano Diretor (PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉU,2008) da cidade “maior escoamento do leite produzido na região acelerando de forma expressiva o crescimento econômico e, simultaneamente o crescimento do local”. Ainda de acordo com o Plano Diretor (PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉU, 2008) é neste momento que se inicia a ocupação das áreas entre o córrego Mato Grosso e a rodovia MG 450 dando contornos ao atual Centro de Pompéu e no bairro Volta do Brejo. As principais vias comerciais da cidade são a rua Padre João Porto, Dona Joaquina, Oswaldo Alves, José Messias Jacob, David Afonso, Aurora Alves, Gilberto Cordeiro Valadares e Av. Capitão Joaquim Antônio. A rua Padre João Porto, primeira via construída na cidade, é a principal responsável pela ligação entre o centro e diversos bairros da cidade e é nesta rua também que se intensificou o comércio na cidade, fazendo-se presente até os dias atuais. Em 17 de Dezembro de 1938 por decreto do governo Benedito Valadares, foi criado o Município de Pompeu sendo instalado a 1º de Janeiro de 1939. Nomeando seu primeiro prefeito: Francisco José da Silva Campos que governou o município até o dia 26 de Abril de 1941, data em que transmitiu ao Dr. Ciro de Campos Cordeiro (26-8-41 até 24-9-1945). (CAMPOS, 2003)

MUNICIPAL DE POMPÉU, 2010.). A População total do município de Pompéu era de 29.083 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), destes 88,51% moram na área urbana e 11,49% na área rural (IBGE, 2010).

Figura 1: Localização do Município de Pompéu



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Pompeu.svg

Pompéu faz parte da história do Brasil há mais de duzentos anos, contudo, somente em 1840 ocorreu a fundação do arraial. Em 17 de dezembro de 1938, o então arraial do Buriti da Estrada tornou-se uma cidade, recebendo então o nome de Pompéu, homenageando seu primeiro habitante, o Sr. Antônio Pompeu Taques. A cidade tem como matriarca e principal figura histórica a Senhora Dona Joaquina Bernarda da Silva de Abreu e Silva Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, mais conhecida com Dona Joaquina do Pompéu. Ela foi uma figura marcante da história regional: mulher, latifundiária, escravocrata, membro da elite econômica e política do centro-oeste das Minas Gerais (PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉU, 2010). Joaquina do Pompéu (1752-1824) sobrevive na memória de toda a população não só de Pompéu, mas por

onde sua fama e familiares se alastraram. A tradição de grande fazendeira e produtora agropecuária na região, exibe resquícios até hoje na cultura e economia local.

Nossa pesquisa se restringe ao período inicial de formação desta cidade, o período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, período de transformações políticas, econômicas e culturais no Brasil e sobretudo em Minas Gerais. A descoberta, ascensão e decadência do ouro, o povoamento do interior do Brasil, a exportação de bens primários e o abastecimento da colônia construiu e transformou substancialmente a paisagem deste período.

CAPITULO III – O POVOAMENTO INTERIOR E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

As primeiras penetrações no território brasileiro em busca de metais preciosos datam desde o século XVI. E embora o ouro tenha sido realmente explorado com grande intensidade, tornando-se a principal atividade econômica da colônia, somente no século XVIII, estas primeiras expedições em busca de ouro contribuíram substancialmente para o povoamento interior do Brasil, mais especificadamente de Minas Gerais. Os primeiros séculos de exploração e penetração do território brasileiro em busca de ouro, marcado por conflitos com indígenas e tentativas sem sucesso em busca de ouro, contribuiu para abertura de rotas e caminhos de povoamento e de escoamento da ainda incipiente produção agropecuária do interior do Brasil. A mineração, no início de sua exploração até meados do século XVIII⁸, como cita Prado Junior (2004), provocou uma arrancada do homem que vivia no litoral para o interior do território brasileiro e o povoamento foi feito de forma descontínua, onde se formavam núcleos mineradores, com certa distância entre si. No Brasil os principais núcleos povoadores eram no Centro-Sul, as Capitâneas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e sem dúvida, a Capitania de Minas Gerais foi o mais importante e significativo núcleo.

⁸ Esse período não será tratado a fundo no nosso trabalho. Para mais informações ler Caio Prado Junior (2004).

Figura 3 : Regionalização da Capitania de Minas Gerais



Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a06v5327.pdf>

Os núcleos mineradores eram formados ao longo dos caminhos abertos desde o século XVI em busca de ouro e que mais tarde dariam origem às Comarcas e Vilas do Ouro. Eram três os principais caminhos de saída e entrada na Capitania de Minas Gerais: o Caminho de Taubaté para São Paulo, o Caminho do Rio de Janeiro e o Caminho da Bahia (CAMPOS, 2003). Ainda segundo o autor, o caminho de Minas Gerais para São Paulo, usado pelos Bandeirantes, se dava pela Comarca Rio das Mortes, ao Sul de Minas Gerais; o caminho do Rio de Janeiro às Minas Gerais, sofreu algumas transformações no decorrer das penetrações feitas no território mineiro, primeiramente era feito através da Serra do Facão, vindo da Vila de Parati, seguindo pelos rios Paraíba e Paraibuna, junto à Serra dos Órgãos, indo a Matias Barbosa e, dali, para Barbacena e São João Del Rei, mais tarde um novo caminho foi traçado iniciando-se na Borda do Campo e tendo por base a Serra do Mar; e o caminho de Minas à Bahia era feito a partir da Comarca de Paracatu.

A paisagem da Capitania de Minas Gerais teria se transformado em função dos caminhos abertos em busca do ouro e mais tarde com a ascensão deste. Campos

(2003) cita em uma passagem a transformação da paisagem local a partir dos caminhos abertos pelo ouro:

“Assim, foram-se formando os arraiais, inicialmente com a construção de um rancho onde se vendiam as mercadorias vindas da Bahia, do Rio ou de São Paulo. Em volta, construía-se as casas e uma capela, onde, aos domingos, os religiosos celebravam missas, realizavam os casamentos e batizados. Formaram-se as Irmandades para manutenção dessas capelas e para realização de festas religiosas. Nessas ocasiões, mostravam seus melhores trajes e os seus cavalos com vistosos arreios. Assim, foram sendo formadas as vilas, com seu centro de vida civil e religiosa, econômica e social na Capitania.” (CAMPOS, 2003).

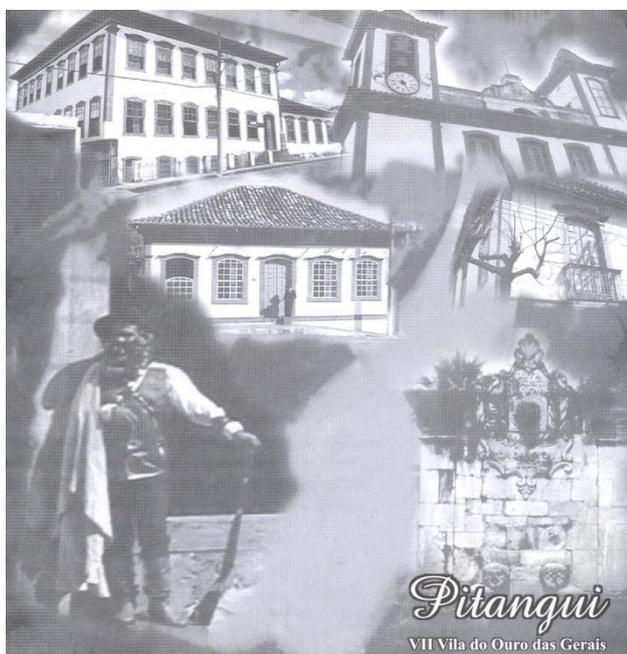
Ou seja, a paisagem teria se transformado de acordo com os interesses culturais, econômicos e sociais da sociedade naquele momento, que vivia uma busca intensa pelo ouro, confirmando a significação dada por Couto, Delgado e Passos (2009) à paisagem onde “os interesses econômicos estão explícitos em qualquer paisagem, de acordo com os momentos históricos distintos, é possível entendê-la do ponto de vista econômico e político.”.

Mas a época áurea de exploração de ouro teria seu destino contado, visto que as jazidas e aluviões de ouro foram se esgotando

conforme a exploração intensa até meados do século XVIII. O que se percebe na segunda metade deste século é a decadência da exploração de metais preciosos em todo o Brasil e uma resignificação das regiões auríferas.

Embora Minas Gerais tenha apresentado uma decadência muito mais lenta que nas regiões de Goiás e Mato Grosso, as Comarcas da Capitania declinavam a olhos vistos. Segundo Prado Junior (2004), o povoamento na Capitania de Minas Gerais havia sido muito intenso, organizado em bases sociais mais sólidas que em outras regiões e por isso foi “possível renovar e reconstituir, parcialmente pelo menos, o perdido setor

Figura 4 – Imagem da Vila de Pitangui



Fonte: <http://daquidepitangui.blogspot.com>

da mineração com outros elementos de vitalidade: a pecuária e a agricultura”, que só não ocorreu nas regiões principais de mineração, onde a geomorfologia local não permitia tais atividades. Ainda segundo o autor, neste momento a capitania teria passado por uma nova configuração demográfica, ocorrendo um “movimento centrífugo de migração” em busca de novas alternativas de meios de vida. A região central da capitania, onde ocorriam as atividades mais intensas de exploração aurífera e também a mais populosa, não poderia se reconstituir a partir de atividades agropecuárias, como dito acima devido a natureza do solo, assim a região teria se despovoado, do centro para as periferias da Capitania e também para o litoral brasileiro.

“Nas periferias que tinham se ocupado mesmo com o ouro que agora estava decadente, se renovaram e começaram atividades diferentes. Os que estavam desertos foram também ocupados pela pecuária e agricultura e à noroeste, no sertão da capitania, que sempre existiu uma pecuária frágil e incipiente, não comportava mais o progresso da capitania e continuou na mesma situação.” (PRADO JUNIOR, 2004).

O “movimento centrífugo de migração” que Prado Junior (2004) afirma ter ocorrido na Capitania de Minas Gerais, gerou uma nova configuração demográfica na paisagem da Capitania. Em busca de novas alternativas e modos de vida a população que antes vivera do ouro migra em direção às extremidades da Capitania e por vezes até voltam para o litoral. Segundo Prado Junior (2004) as correntes de povoamento que se formaram após a decadência do ouro em Minas se dirigem e tomam a seguinte forma: no oriente, novas explorações de ouro e produção de algodão ao nordeste e ao sudeste uma incipiente agricultura; ao Sul, se estabelece a pecuária e o caminho para o abastecimento do Rio de Janeiro e a oeste se estabelece a pecuária. São Paulo e Rio de Janeiro também se beneficiaram com este novo movimento demográfico, o primeiro com trabalhadores para a produção de cana de açúcar e o segundo que se povoava pelo caminho de comunicação com Minas Gerais.

Para este trabalho, nos interessa investigar as transformações ocorridas na paisagem especificamente do centro-oeste mineiro, aquela transformada pelo gado. O centro-oeste mineiro até meados do século XVIII tinha como principal atividade econômica a exploração de ouro e os principais núcleos exploradores de encontravam na Comarca de Paracatu e em parte da Comarca Rio das Velhas. É uma região de cerrado brasileiro e já havia, mesmo com a produção de ouro uma produção agropecuária para atender o mercado interno. Com a decadência do ouro a pecuária se

fortaleceu e tornou-se a alternativa mais viável para sobrevivência dos que ali pretendiam permanecer.

Figura 5 : Capitania de Minas Gerais e suas comarcas.



Fonte: <http://www.homemdocerrado.com/PDF/mundodasferas.pdf> (Adaptado de José Ferreira Carrato. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Cia Editora nacional. 1968).

A carne de boi teve um importante papel para alimentação da colônia no período em questão. Sua principal função de produção era dada pela conquista de território e para a subsistência, além de ser a única atividade econômica voltada especificamente para o mercado interno visto que as outras atividades se dirigiam ao mercado externo.⁹

A pecuária ultrapassou as áreas ocupadas pela mineração. Feita de forma contígua se alastrou a partir de centros irradiadores agrícolas ou mineradores (PRADO JUNIOR, 2004). Iniciou-se no Brasil no Nordeste como alternativa para a subsistência e penetração no sertão nordestino. Era uma produção extensiva devido à natureza do solo e a vegetação rasteira, não necessitava de grandes investimentos e o gado era criado às

⁹ Veremos mais sobre a economia colonial no próximo capítulo.

leis da natureza, era um gado selvagem como cita Prado Junior (2004). A irregularidade das chuvas e dos rios e as grandes distancias para o mercado consumidor que se localizavam no Rio de Janeiro impediu o fortalecimento da pecuária no nordeste brasileiro. A pecuária também teve outros núcleos produtivos localizados ao Sul e na região Central do país. Ao sul, a pecuária compreendia a área que se estende do atual estado do Paraná até os campos de vacaria no Rio Grande do Sul. O Relevo apenas ondulado, campos com vegetação de gramíneas intercalados por matas ciliares e bosques isolados, o clima ameno e abundancia de água configuravam perfeitas condições para a produção de gado, não fosse o escasso povoamento da região, a distancia dos mercados consumidores e as imensas barreiras naturais que dever-se-ia transpor para alcançar o Rio de Janeiro. A região Central do Brasil era provida de características muito favoráveis à produção de gado. O relevo que conciliava altas serranias e grandes extensões de cerrado, o clima ameno, a perenidade das águas e principalmente a proximidade e as rotas de caminho, abertas pelos bandeirantes e outros exploradores de ouro, para o mercado consumidor, o Rio de Janeiro, fizeram esta região prosperar para o abastecimento de carne ao Rio de Janeiro no período em questão compreendido entre a segunda metade do século XVIII e inicio do século XIX.

O centro-oeste mineiro se viu desta forma então, sob a dominação de outra atividade econômica, a pecuária, que transformou a paisagem e mudou a cultura local . Com o advento do ouro na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui, onde se localizava a fazenda de D. Joaquina de Pompéu¹⁰, precisou-se desmatar grandes áreas no entorno da cidade tanto para moradia da população quanto para exploração do ouro, mas com o declínio do ouro a Vila não tinha mais que uma vida pacata estacionada nos modos de vida da colônia.

“Em vez do arcabuzes, ouviam-se balidos de ovelhas, mugidos de bois curraleiros. Preferiam o covo das bateias a certeza do pastoreio. A civilização mineira teve inicio na beira dos rios. Os descendentes dos paulistas, nascidos nas minas, estabilizavam-se criavam raízes na terra que enriquecera os bandeirantes.”

“A terra entrara na menopausa do fluxo do ouro.” (VASCONCELOS, 1999).

¹⁰ Ver a localização da Fazenda do Pompéu no anexo I, no mapa da Capitania de Minas produzido em 1801.

Neste trecho do romance de Vasconcelos (1999), “Sinhá Braba, podemos apreender como a agropecuária foi uma alternativa econômica para a sobrevivência das pessoas que viviam em Pitangui. Aproveitando extensas áreas desmatadas pelo ciclo do ouro, agora em decadência, os fazendeiros instalariam e investiriam em suas fazendas e dali tirariam seu sustento. Como citado por Fragoso (1998) o que houve na realidade em Minas Gerais foi “uma mudança nos rumos da economia”. A economia, que antes estava centrada na exploração do ouro, a partir de meados do século XVIII passa a ter por base a agricultura e a pecuária voltadas para o mercado interno, tanto para a subsistência das fazendas quanto para regiões e capitâncias próximos.

A pecuária originou um novo tipo social, o fazendeiro de gado. A terra era abundante e não se exigia grande capital para o início das atividades com as fazendas de gado. Nesta atividade estavam empenhados antigos mineradores, o homem livre, escravos e índios que viam no gado fonte de sobrevivência. O surgimento, em uma área desmatada, de uma nova cultura do gado; a atividade extensiva de criação de gado, às leis da natureza, com técnicas ainda rudimentares; as transformações econômicas e políticas pela qual o Brasil passava com a transferência da corte; o enfraquecimento do pacto colonial e a decadência do ouro e mais tarde a independência do país¹¹, contribuíram para a transformação da paisagem do centro-oeste de Minas, que antes seria ditada pela lógica do ouro, agora assumiria outra paisagem nas áreas já desmatadas, a paisagem da cultura do gado.

Se referindo às lógicas de estruturação do espaço humanizado e a transformação da paisagem Claval (2007) argumenta que “o espaço é suporte das atividades produtivas dos grupos humanos. Inicia-se pela exploração dos meios naturais e continua pela utilização e a valorização de espaços anteriormente desbastados.” representando nesta fala como as atividades primárias se estruturaram e confirmam os fatos ocorridos no centro-oeste de Minas. Ele ainda ressalta que “a importância e as formas da influência humana sobre o espaço dependem, pois, dos meios que os grupos sabem mobilizar para valorização de seus recursos de que têm necessidade, e de sua aptidão para utilizar energias concentradas.” No caso em questão do centro-oeste mineiro, a valorização de recursos que os grupos tem necessidade a que o autor se refere, lê-se também para a valorização da carne bovina, bem de consumo primordial daquela época e que era

¹¹ Em 1808 a Corte Portuguesa transferiu-se para o Brasil, tornando-se o centro administrativo do governo português (1808-1821). E em 7 de setembro de 1822 é proclamada a independência.

extremamente valorizado pela qualidade das técnicas, embora ainda rudimentares, aliado à sua boa localização e a utilização de energias concentradas que se refere aos recursos naturais e de mão de obra, escrava, neste caso. Assim a paisagem vai se transformando afim de permitir que os homens vivam como necessitam a partir de um contexto econômico e cultural novo.

“As paisagens trazem a marca das culturas e, ao mesmo tempo, as influenciam. As sociedades não tem existência fora do meio onde se instalaram. Os homens e o espaço que fizeram seu são as duas faces de uma mesma realidade e ser apreendidos pelo mesmo procedimento intelectual.” (CLAVAL. 2007).

CAPITULO IV – PRODUÇÃO ALIMENTAR E ECONOMIA COLONIAL

Diversas análises acerca do período colonial do Brasil nos remetem à inexistência de um mercado interno no país. Caio Prado Junior (2004) e Celso Furtado (1974) defendem que neste período a economia brasileira estava exclusivamente voltada para o mercado externo, na exportação de produtos primários com gêneros tropicais e metais preciosos. Para estes autores a produção de alimentos era feita exclusivamente para subsistência afim de atender as demandas por gêneros básicos à alimentação como: cereais, açúcar, algodão e a carne bovina e suína, dos que se dedicavam à exploração de bens primários daquele período.

A partir dos anos de 1970, os estudos sobre a economia colonial tomam novos rumos e começa a ser debatida a existência de um mercado interno no período colonial, mesmo durante o período áureo do ouro. Ciro Flamarion S. Cardoso (1979) e Jacob Gorender (1990) (apud in SILVA, 2008.) defendem a idéia da existência, no período colonial, de um modo de produção escravista onde há “a concessão de terras na própria unidade escravista exportadora para o cultivo autônomo dos escravos”, isto é abriu-se a possibilidade para que escravos possuíssem porções de terras e as cultivassem em horas livres para a venda no mercado local. Embora estes autores discordem sobre a ocorrência de forma generalizada ou não, o fato é que a partir deste momento passa-se a admitir a existência de um mercado interno na colônia, mesmo que de forma insipiente e frágil, voltado para o mercado local.

Os estudos voltados para economia colonial mineira se convertem em duas teorias distintas: a dos autores que acreditam que a produção de alimentos em Minas Gerais só se formou com a crise do ouro e aquela dos autores que acreditam que a produção de alimentos já existia mesmo nos melhores períodos de exploração do ouro, com a formação de um mercado interno local. Zemella (1990), que segue a primeira vertente acredita que o abastecimento da Capitania de Minas Gerais durante o período áureo do ouro foi feita pela Capitania do Rio de Janeiro e somente com a decadência do ouro a Capitania de Minas Gerais se especializa da produção de gêneros básicos à alimentação e passa a abastecer o mercado do Rio de Janeiro agora um pólo ordenador do fluxo de gêneros de primeira necessidade. No entanto, afim de revelar a complexidade da produção de alimentos durante o período colonial, um outro grupo de

autores se firmou em defender a tese de que “seria impossível pensar que a capitania mineira tivesse sido abastecida pelas capitanias vizinhas até o momento em que a mineração entrou em declínio.” (CHAVES, 1999).

“é preciso reconhecer a existência de um complexo abastecedor nas Minas desde o início do setecentos e negar a ideia de que a mineração era uma atividade absorvente, com a qual a agricultura e pecuária não poderiam disputar mão de obra escrava.” (GUIMARÃES & REIS, 1986).

Silva (2008) ainda salienta que já na primeira metade do século XVIII formou-se na Capitania de Minas Gerais uma rede de abastecimento interna logo a partir das primeiras explorações de metais preciosos, baseada na agricultura, pecuária, engenhos de cana e produção de algodão.

“Pequenas granjas, fazendas e roças foram se instalando ao longo dos caminhos que conduziam às primeiras minas de ouro e, mais tarde, núcleos de produção foram se estabelecendo em torno das principais vilas e arraiais.”(SILVA, 2008).

O texto de Campos (2003) ressalta que Minas Gerais era a principal abastecedora do Rio de Janeiro em finais do século XVIII e princípios do século XIX, e que portanto, “não se pode falar de um ‘esvaziamento’ na economia brasileira entre os dois polos dinâmicos do ouro e do café, o que, inclusive, denota que a economia brasileira só está em atividade quando há um produto central para exportação.”

Houve, portanto, um reajuste na economia mineira com o declínio do ouro. A produção agropecuária, que já existia, atingiu um nível de desenvolvimento significativo que conseguiu sustentar a economia da Capitania mesmo com a decadência das explorações auríferas.

No centro-oeste de Minas Gerais, na Fazenda de D. Joaquina de Pompéu a situação não teria sido diferente. Mesmo com as explorações de ouro na Vila de Pitangui, D. Joaquina do Pompéu preferiu dedicar-se à lida na terra com a produção de gêneros básicos à alimentação da colônia. D. Joaquina ao se casar com o Capitão Inácio, adquiriram e mudaram-se para fazenda Lavapés, que se localizava bem próximo à Vila de Pitangui. Nesta fazenda, ainda em 1764, o casal possuía além da criação de gado, lavouras de milho e feijão. A produção cresceu, de forma que o casal achou necessária a aquisição de mais terras. Foi quando, em 1784, o casal adquiriu do fazendeiro Manoel

Gomes da Cruz a Fazenda Nossa Senhora da Conceição que teve como primeiro dono Antonio Pompeu Taques, daí a origem da denominação D. Joaquina do Pompéu se remetendo ao primeiro proprietário da fazenda, o senhor Pompeu. Manoel Gomes da Cruz, fazendeiro desta região em Pitangui, era criador de gado e segundo Silva (2004), no início da segunda metade do século XVIII já havia se especializado no fornecimento de carne para o mercado interno. O autor ainda cita estudos da historiadora Cláudia Chaves (1995), que ao analisar os livros de registros de Onça e Pitangui revela que:

“Manoel Gomes da Cruz foi o criador que maior número de passagens teve em ambos os registros entre 1765 e 1769, totalizando também o maior valor em movimentação de impostos. No registro de Pitangui, entre 1765 e 1767, os administradores de Gomes Cruz, que se responsabilizavam pela condução do seu gado de Pompéu até Pitangui, conduziram gado 11 das 12 vezes que retornaram ao posto fiscal.” (CHAVES, 1995, p. 132 apud in SILVA. 2004).

Embora os estudos revelem que a fazenda vendida por Manoel era uma das mais produtivas da região, por motivos desconhecidos¹², D. Joaquina e Capitão Inácio adquirem e se mudam para a Fazenda de Pompéu em 1784. Além da produção já existente na fazenda, criação de gado, lavouras de milho e feijão o casal também cultivou na nova fazenda plantações de arroz, café, verduras, legumes e árvores frutíferas variadas.

Capitão Inácio vivia viajando em razão de seu ofício¹³ e à D. Joaquina cabia-lhe a administração do Solar¹⁴ da fazenda e a educação de seus 10 filhos¹⁵. Com a doença e

¹² A história de D. Joaquina de Pompéu é permeada por histórias inacabadas e “causos”. Ela perpassa pela Sinhá Braba e a Dama do Sertão na memória do povo da região que mesmo nos dias atuais faz questão de reverenciar figura tão marcante, ora como uma senhora boa para com os escravos, religiosa, honesta e bem comportada, ora como figura promiscua que “fornicava” com escravos e visitantes. Quanto à aquisição da Fazenda do Pompéu, Noronha (2007), relata que as terras foram compradas à preços muito baixos e que Manoel Gomes da Cruz teria caído em uma ‘manta’ por morar distante da fazenda.

¹³ Capitão Inácio era Capitão-mor e nos regimentos de infantaria, ou cavalaria, o capitão-mor era a patente abaixo do posto de sargento-mor. Os Capitães-mores eram responsáveis por manter a ordem nas vilas e sair em busca e captura de escravos fugidos e bandidos.

¹⁴ O Solar de D. Joaquina do Pompéu, um casarão muito grande que teve sua construção iniciada em 1785, com dois pavimentos divididos em 40 cômodos, feito de esteio de aroeira em sistema de pau-a-pique, cujas ruínas de mantiveram de pé até 1954. Ver foto no anexo II e III.

¹⁵ Capitão Inácio de Oliveira Campos e D. Joaquina Bernarda da Silva Abreu e Silva Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos tiveram dez filhos: Anna Jacinta de Oliveira Campos que casou-se com Thimóteo Gomes Valadares; Félix de Oliveira Campos que casou-se com Eufrásia Maria da Silva; Maria Joaquina de Oliveira Campos que casou-se com Cap. Luiz Joaquim de Souza Machado; Jorge de Oliveira Campos, que casou-se com Antônia Maria de Jesus; Joaquina de Oliveira Campos que casou-se com Antônio Álvares da Silva; Isabel Jacinta de Oliveira Campos que casou-se com Martinho Álvares da Silva; Inácio de Oliveira Campos que casou-se com Bárbara Umbelina de Sá e Castro; Anna Joaquina de Oliveira Campos que casou-se com João Cordeiro Valadares; Antônia Jacinta de Oliveira Campos que casou-se com Joaquim Cordeiro Valadares e Cap. Joaquim Antônio de Oliveira Campos que casou-se

posterior morte do marido¹⁶, D. Joaquina assumiu por completo a administração da fazenda. Uma passagem interessante do romance de Agripa Vasconcelos (1999) já citado anteriormente, revela o possível¹⁷ interesse e gosto pela terra que D. Joaquina sentia, numa conversa com o primo, Dr. Diogo Pereira de Vasconcelos¹⁸. O autor revela que D. Joaquina não teria se atraído pela febre do ouro, que teria vindo para cultivar a terra. Ele ainda ressalta que naquele período a lida na terra era indústria para os pobres mas que mesmo assim a fazendeira teria se dedicado aos currais, pois o ouro em pó podia ser dissipado pelo vento. E finaliza complementando que todo o patrimônio de D. Joaquina do Pompéu seria devido ao boi, ao escravo e à terra.

Sobre essa questão, podemos citar a fala de Charles Boxer, citado em Silva (2008), “muita gente, de fato, depressa considerou mais lucrativo plantar a fim de fornecer alimento aos mineiros do que se entregar ela própria à mineração.” Seja por amor à terra como cita o romance de Vasconcelos (1999) ou por uma visão empreendedora de latifundiária, D. Joaquina do Pompéu se especializou na produção agropecuária. Na fazenda se plantava milho, feijão, arroz, café, verduras e árvores frutíferas. Também possuía plantações de algodão e criação de ovelhas para produção de roupas para seus escravos, produção de açúcar e cachaça, além de um centro de criação e engorda de gado (OLIVEIRA, 2009).

Após a morte do marido, D. Joaquina assumiu uma postura bastante empreendedora, se especializando principalmente no gado de corte, para o abastecimento principalmente dos mercados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Campos

primeiramente com Claudina Cândida Lataliza França e pela segunda vez com sua sobrinha Anna de Campos Cordeiro, filha de sua irmã Antônia Jacinta.

¹⁶ Em 1795 O capitão Inácio é acometido por uma paralisia, possivelmente um derrame, que o impossibilita de tomar conta dos negócios da fazenda. E em 1804 a Fazendeira fica viúva. (NORONHA, 2007)

¹⁷ Digo “possível”, pois os fatos relatados neste livro dão romance ao que é real, apesar do autor assegurar que todos os fatos narrados aconteceram de fato, que os episódios e nomes, até dos escravos, são legítimos, prefiro resguardar o caráter de possibilidade destes fatos terem acontecido. Ilustro esta fala apenas para demonstrar o quão marcante foi a figura de D. Joaquina para prosperidade da fazenda e seu gosto pela terra.

¹⁸ Diogo Pereira de Vasconcelos, pai de Bernardo Pereira de Vasconcelos, era o representante comercial de D. Joaquina do Pompéu em Vila Rica. Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) foi uma figura de destaque na historiografia brasileira, tendo participação ativa nos momentos cruciais da construção do Estado Imperial brasileiro e, também, da instalação de suas estruturas educacionais. Após a morte de D. Pedro I, em 1834, consolidou-se a definitiva separação entre Brasil e Portugal. A partir desse momento, Vasconcelos foi um dos líderes políticos que buscou consolidar as instituições do Estado brasileiro, colocando-se como um dos principais porta-vozes da elite agrário-exportadora escravista. Polemizou veementemente contra todos aqueles que tentavam obstar os encaminhamentos desse setor hegemônico da sociedade brasileira, fazendo valer o peso da sua formação e prestígio. (LAZARINE, MURASSE e SILVA, 2003) Ver foto em anexo IV.

(2003.) revela que D. Joaquina fornecia carne principalmente para a Vila de Pitangui e Vila Rica do Ouro Preto e mais tarde para o Rio de Janeiro. O autor ainda revela que a Senhora teria possuído açougues na Capital da Capitania, justificando o grande fluxo de gado para esta região, já que até aquele momento o número de açougues era escasso e grande problema para os produtores de gado que perdiam parte de sua produção no transporte em pé devido às grandes distancias dos mercados consumidores e por não haver a possibilidade de transporte da carne já abatida, devido à falta de transporte adequado.

Esse comércio se intensificou com a vinda da família real para o Brasil em 1808, que durante muito tempo foi abastecida também pelos mantimentos provindos de Pompéu. Fragoso cita em seu trabalho o caráter autônomo da economia de Minas nesse período. Ao contrário da visão tradicional de alguns historiadores, que a economia das Minas Gerais estava centrada nas exportações de ouro e seus mantimentos seriam importados, Fragoso (1998) comprova a importância de atividades não exportadoras pelo comportamento demográfico em Minas nos últimos 50 anos do século XVIII e início do XIX, em pleno período dito de rápida decadência do ouro “a população de Minas Gerais cresce 60,8%”. Esse comportamento demográfico esteve associado à regiões e comarcas de Minas onde se desenvolvia atividades agropecuárias como na Comarca de Rio das Mortes, a região oeste e triangulo mineiro.

“Esse comportamento demográfico demonstra que a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos de 1700, numa agricultura e numa pecuária voltadas para o mercado interno. Na verdade, o que observamos é, ao lado do definhamento da atividade mineradora, o crescimento de uma agricultura e pecuária mercantis não-exportadoras já existentes desde o início do século XVIII; é isso que explica o fato de Minas aparecer, em 1819, como a maior economia escravista do país.”(FRAGOSO, 1998).

Ainda segundo Fragoso (1998) estes complexos agropecuários crescem e adquirem proporções inter-regionais, alimentando os mercados da cidade do Rio de Janeiro e a agricultura fluminense.

O Centro-Sul era neste momento, em princípios do século XIX, o eixo econômico do Brasil colonial. Mais especificamente, o Rio de Janeiro que passa a ser o pólo ordenador do fluxo de gêneros de primeira necessidade. Se durante o século XVIII,

com as explorações de ouro na Capitania de Minas Gerais, o Rio de Janeiro era um dos principais pólos abastecedores das Minas (ZEMELLA, 1990), com o advento do declínio destas explorações, o fortalecimento de atividades agropastoris em Minas e as transformações ocorridas no Rio de Janeiro no início do século XIX, faz-se mudar o eixo de abastecimento alimentar. Agora a Capitania de Minas Gerais abastece a Capital da Colônia, que se torna a porta oficial de entrada e saída da colônia.

O intenso crescimento da Capital da Colônia, o Rio de Janeiro, se dá em função da presença do porto, principal pólo negreiro da América portuguesa; a vinda da família real para o Brasil em 1808; a chegada de estrangeiros e as transformações demográficas ocorridas no período. São essas transformações na paisagem do Rio de Janeiro que vão fortalecer a economia de abastecimento da Colônia. Segundo Lenharo (1993) o abastecimento do Rio de Janeiro era feito por três vias : externa, interna por cabotagem e interna por terra. O abastecimento externo tinha origem em Lisboa, o Porto e o Prata, com bens como, o sal, azeitonas, bacalhau, sardinhas, vinagre e trigo; o abastecimento interno por cabotagem vinha principalmente de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, com carnes salgadas, a manteiga, arroz e feijão; e por fim, o abastecimento interno terrestre, que era feito pelas Minas Gerais e São Paulo, com o abastecimento de gado vacum, porcos, carneiros, toucinhos e cereais.

A vinda da corte ao Brasil intensificou o abastecimento do Rio de Janeiro. E o Estado, segundo Campos (2006), passa a intervir diretamente no setor de abastecimento. Campos ainda revela em seu texto diversas contribuições bibliográfica que citam a política joanina beneficiadora do setor de abastecimento através do conserto e construção de estradas e isenções para os tropeiros e boiadeiros. Outro acontecimento revela a necessidade de gêneros primários para o abastecimento da corte, através de providencias enviadas pelo príncipe regente antes de sua instalação no Rio de Janeiro. Segundo Lenharo (1993) o príncipe ordenou que “as capitanias e portos próximos ao Rio de Janeiro abastecessem a cidade de mantimentos” e de Minas partiu considerável numero de cabeças de boi e porcos, além de cereais. Os mantimentos arrecadados, ainda segundo Lenharo (1993), deveriam ser dispostos na fazenda de Santa Cruz e de lá seriam redistribuídos de acordo com a necessidade da corte.

D. Joaquina, viu neste episódio, hora oportuna de se estabelecer no mercado de gado vacum na praça do Rio de Janeiro e fez assim suas contribuições. Estimulada a

conquistar novos mercados e alcançar as graças do novo regente fez sua remessa de 200 cabeças de gado para a fazenda de Santa Cruz (LENHARO, 1993). O autor ainda revela uma carta descoberta pelos biógrafos Ribeiro e Guimarães (1965), datada de 28 de agosto de 1808 e escrita por Diogo Pereira de Vasconcelos, representante comercial da fazendeira em Vila Rica,

“Dizia ele estar satisfeito com a doação de D. Joaquina, pois conseguiria também encaminhar uma carta da proprietária mineira ao príncipe regente, gesto que ‘abonava o seu patriotismo’. Essa carta-documento é demonstrativa de uma situação muito curiosa e reveladora das condições operacionais do empresariado ligado ao abastecimento da corte. Segundo o representante, não estava fácil, naquele momento, de se encontrar compradores para que fossem providenciadas novas remessas de gado. Fazendo doações ao regente, a proprietária mineira estava, portanto, comprimindo as suas próprias possibilidades de mercado. Ela passaria, no entanto, a receber favores do Estado e, do ponto de vista comercial aproveitava-se para sedimentar as suas bases comerciais na praça do Rio de Janeiro, familiarizando-se com as condições de funcionamento do mercado.” (RIBEIRO & GUIMARAES, 1965 *apud* LENHARO 1993)

Fica claro como a vinda da Corte ativou o comércio na Fazenda de D. Joaquina em outros trechos do romance de Vasconcelos (1999.):

“ O Vice-Rei, sabendo que nas Minas Gerais havia gêneros , apelou para o Capitão-General Governador daqui, pedindo socorro.” (VASCONCELOS,1999)

“O Governador das Minas apelou para Dona Joaquina, por todos reconhecida como capaz de aplacar a fome dos emigrados. A fazendeira atendeu aos aflitivos apelos do Capitão-General. Começou a suprir as goelas reinóis de carne, farinha, rapadura, milho, toucinho e feijão. Não perguntou quem pagava – mandou tropas sobre tropas para a *Capital do Reino*.” (VASCONCELOS,1999)

“Como das outras vezes, ia o numero pedido de bois, mil, e mais cem que eram seu presente a Dom João, além de grande quantidade para vender a particularidades que exploravam talhos de carne na Metrópole.” (VASCONCELOS,1999.)

“Durante muito tempo a fazendeira do sertão sustentou do preciso a nova Capital do Reino do Brasil.” (VASCONCELOS,1999)

Oliveira (2003) em um estudo sobre o abastecimento da América Portuguesa percebe que as fazendas de D. Joaquina eram “auto-suficientes, e também um importante núcleo fornecedor de produtos para o abastecimento da Vila de Pitangui e

circunvizinhança, bem como de outras regiões da capitania. Todo esse comércio favorecia cada vez mais sua visibilidade social e a ampliação de sua rede comercial.”

Durante o período de Independência do Brasil, D. Joaquina de Pompéu também fez inúmeras doações de gado e escravos para o abastecimento das tropas. Campos (2003) observa em seu texto algumas cartas que fazem referencia a este período e que hoje estão disponíveis no Arquivo Público Mineiro em razão de doação pela família da Senhora. A carta que segue se refere à doação de cem bois por D. Joaquina as tropas de D João I que lutavam contra os portugueses na Bahia feita

“Villa de Pitanguy 26 de gosto de 1823.

Ilma. Sra. D. Joaquina Bernarda da S. de Abreu Castelo Branco.

Para eu me saber decidir sobre a sua offertola de cem bois que os offerceo nas suas Fazendas do Piracutu para o secoro da Baía, levey a prezença do Exmos. Snrs. Do Governo a sua própria carta que V. S. me faz. Acabo de receber o Officio dos memos Snrs. Datado de 14 do corrente, no qual determinarão levasse a sua prezença o justo louvor e agradeciemento pela generosa offertola dos cem bois, e que para aquelle Distino Convencionouse com V.S. a extração deste gado a melhor se despor He lugar para melhor ventage e permitir a despuzição para de cujo emporte serem remetidos aos cofres dezenguinados, da qual emportancia será empenca, e subirá a Augusta prezença de S.M. Imperial, a seffazer publico nas emprezas e a voltar a este Termo, do que esperamos de V.S. o bom eggio para este arango, e as determinaçõens suas para meo governo.

Desejo que V.S. seja adestida de feliz saúde e qe. Deos a Gaurde por muitos anos.

De V.S.

Sincero reverente Sobro. E Cro.

Antonio Alves de Araújo.”

Dona Joaquina, aliou o abastecimento da corte com a possibilidade de ampliação de seus mercados no Rio de Janeiro. Tornou-se personalidade de estima dos governadores portugueses e dos mercados que abastecia. A fazenda do Pompéu cresceu a olhos vistos e se tornou um centro especializado no abastecimento de carne ao mercado do Rio de Janeiro. A pecuária consolidou a economia local e transformou a paisagem do centro-oeste de Minas Gerais.

“O Pompéu tornou-se um celeiro das vilas mineiras e a carne consumida no centro provincial era de gado gordo dos seus campos”
(VASCONCELOS,1999)

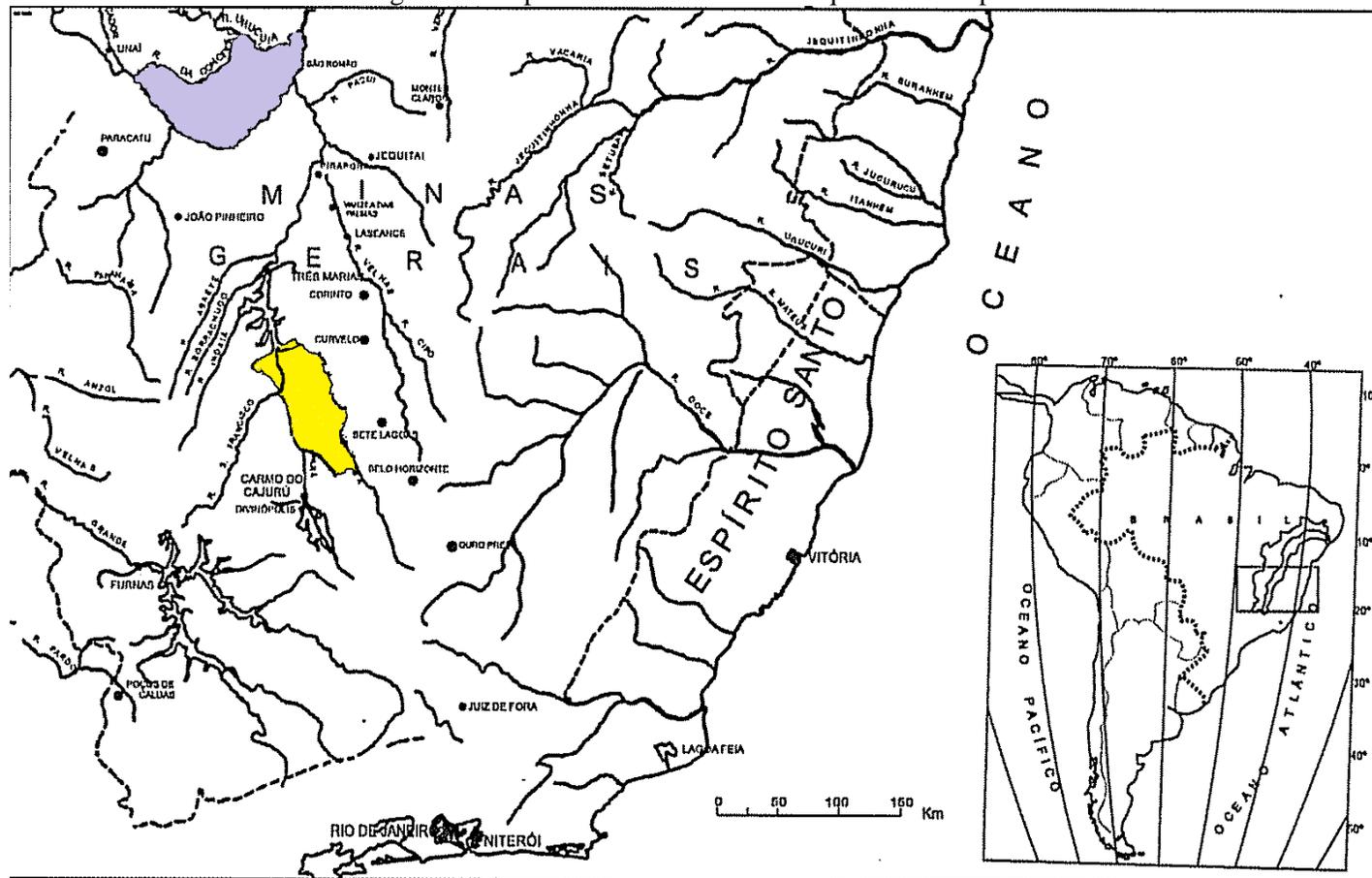
CAPITULO V – A FAZENDA E A HERANÇA DE D. JOAQUINA DO POMPÉU

A fazenda de D. Joaquina do Pompéu, foi adquirida por D. Joaquina e seu marido Capitão Inácio, em 17 de julho de 1792, mas, no entanto, o casal já vivia no latifúndio desde 1784.¹⁹ A escritura, segundo Campos (2003), mencionava a existência no latifúndio além da Fazenda do Pompéu, as fazendas do Mato Grosso, Santa Rosa, Passagem, com seus retiros, casas e currais, além de 39 escravos, e uma quantidade não mencionada de gado vacum e cavalari, que Noronha (2007) acredita ser 9.000 cabeças de gado. Portanto, mesmo antes de o casal assumir a administração da fazenda do Pompéu já existia na região produção agropecuária realizada pelo antigo dono Manoel Gomes da Cruz, já citado anteriormente no capítulo II. O casal, que já cultivava alguns gêneros e gado na Fazenda Lavapés, antiga residência, desenvolveram na nova fazenda uma produção agropecuária que alcançava o mercado local, atendendo as necessidades de gêneros básicos á alimentação nas Vilas próximas e mais tarde também as necessidades da Corte. O casal também possuía terras em Paracatu²⁰, onde desenvolvia as mesmas atividades que cultivavam em Pompéu.

¹⁹ Campos (2003) cita que no ano de 1784 o casal arrendou a fazenda e somente em 1792 lavraram a escritura de compra.

²⁰ Segundo Noronha (2007) as terras de Paracatu foram recebidas como herança pelo Capitão Inácio. Suas idas à estas terras eram frequentes. A mando do Conde Valadares, então Governador da Capitania, Capitão Inácio abriu a estrada que liga Pitangui a Paracatu. Campos (2003) acredita que foi em razão da abertura deste caminho e a frequente passagem do Capitão por essa região em razão de seu ofício que influenciou Capitão Inácio na compra das terras do Pompéu, já que o caminho passava por suas futuras terras .

Figura 6 - Mapa dos domínios de D. Joaquina do Pompéu.



Legenda: Fazenda do Pompéu Fazendas de Paracatu

Fonte: Adaptado de PIERSON, Donald. O homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1972 *apud* in NORONHA, Gilberto Cezar de. **Joaquina do Pompéu**: tramas de memórias e histórias no sertão do São Francisco.

Quando chegaram à fazenda do Pompéu já existia uma velha sede, mas em ruínas. Decidiram, pois, com o progresso dos negócios, construir uma nova e imponente sede. Segundo Campos (2003) o casarão era composto por dois sobrados de dois andares cada, e possuía um total de 40 cômodos²¹ feitos de pau-a-pique, o telhado era coberto de telhas coloniais dividido em quatro faces, a estrutura era feita com grandes peças de madeira de lei e o alicerce era formado por pedras justapostas. Segundo o mesmo autor o sobrado de D. Joaquina ocupava uma área de cerca de 770m². Em frente ao casarão se direcionando para o lado esquerdo, segundo Campos (2003) havia um grande curral em ele (L) e pelo lado direito, margeando o rego d'água que caía para o Ribeirão da Bucaina, ficavam as senzalas, a ferraria, a estrebaria, o moinho de fubá, a olaria e a roda d'água que tocava a moenda, onde se moía cana para se fazer o açúcar mascavo e a rapadura. Ao fundo, ainda segundo o autor, se localizavam o quintal, o pomar e também um grande cafezal, e havia pelo lado direito uma elevação no terreno onde se cultivava o pasto das ovelhas e ao seu lado o pasto das vacas. Ainda na fazenda existia uma capela e dois cemitérios, um para brancos e outro para negros, que existem até os dias de hoje.

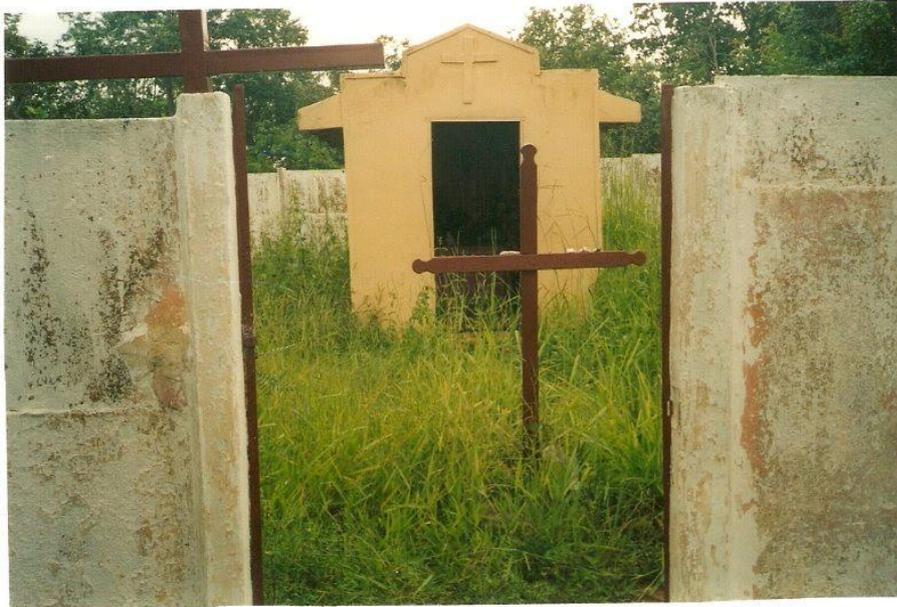
Figura 7 – Cemitério dos brancos



Fonte: Hugo Castro

²¹ A quantidade de cômodos do casarão é até hoje imprecisa, em Campos (2003) 40 cômodos, já para Noronha(2007) e Vasconcelos(1999) esse numero passa para 79.

Figura 8 – Cemitério dos negros



Fonte: André Rachid

Pelo imenso latifúndio, que na data de sua morte, atingira cerca de 48.400km², havia segundo Vasconcelos (1999) mais de 40 retiros organizados com casas, rancharias e pastos, que eram percorridos pela latifundiária com certa frequência. O autor ainda cita em seu livro algumas raças de boi que a latifundiária criava, como: o boi china, que era bastante numeroso em Pompéu, o boi caracu, o boi curraleiro, o javanês, o craúna, o crioulo e o mocho. Á todos ela tratava com sal²² duas vezes por ano. O gado era criado solto, mas existiam os currais que reuniam os rebanhos ao entardecer, eles eram marcados á ferro com a marca da Senhora e existiam cercas por todo latifúndio impedindo que os bois escapassem.

O comércio do rebanho e de outros gêneros alimentícios era feito principalmente em Pitangui e em Vila Rica do Ouro Preto, onde a Senhora segundo Campos (2003), possuía açougues para o abatimento do gado que ia em pé. E mais tarde com a vinda da família Real para o Brasil D. Joaquina também enviou gados para o abastecimento da corte e para serem comercializados no Rio de Janeiro, a capital da Província.

“O latifúndio produzia, em ordem rigorosa. Os rebanhos cresciam, as roças vicejavam e davam mais do que preciso, a ponto de extravasar as benemerências da Senhora. Tudo ali ganhara o ritmo de vida que invejava a todos do sertão mineiro.” (VASCONCELOS,1999)

²² O sal era o gênero mais caro da capitania. E a fazendeira era vista por muitos como louca por tratar do gado com bem tão precioso. Mas segundo Vasconcelos (1999) essa era uma das causas principais da qualidade do rebanho do Pompéu.

É notória a importância de D. Joaquina e a produção agropecuária do Pompéu para o abastecimento interno da colônia, remetendo a existência de uma economia colonial interna que se baseia na produção de gêneros de primeira necessidade, negando a hipótese afirmada por alguns autores de que não existia um mercado interno no Brasil colônia deste período ou que a economia de Minas Gerais haveria entrado em estagnação ou até mesmo recessão após a decadência do ouro. A pecuária em Minas transformou a paisagem do centro-oeste da capitania, transformou a cultura local e ressignificou a economia local.

Aos 72 anos, morre em 14 de dezembro de 1824, em virtude de um acidente vascular cerebral, D. Joaquina do Pompéu. Deixa como herança aos seus 10 filhos, 74 netos e 15 bisnetos, um total de fazendas que equivalem a 48.400km² em terras, 60.000 cabeças de gado vacum, 2.500 juntas de bois carreiros, mais de 10.000 equinos e 1.000 escravos. Ela acumulou grande quantidade de imóveis, prataria, ouro em barra, móveis, veículos de transporte, títulos de dívidas de fazendeiros vizinhos e outros bens que podiam nos dias atuais, chegar a um valor aproximado de 2 bilhões de reais (NORONHA, 2007, b). Suas terras foram divididas em mais de 200 fazendas importantes, algumas existentes até hoje sob posse de seus descendentes. (Ver em anexos V, VI, VII). Excetuando-se as terras de Paracatu, as propriedades de D. Joaquina abrangiam vastas extensões dos municípios, alguns em sua totalidade, como Abaeté, Dolores do Indaiá, Pitangui, Pompéu, Pequi, Papagaio, Maravilhas e Martinho Campos. “Era territorialmente maior que a Suíça, Bélgica e Holanda, Dinamarca e El Salvador, superando, em quilômetros quadrados, a cada um dos atuais estados de Alagoas, Sergipe e Espírito Santo.” (VASCONCELOS, 1999).

A dimensão do latifúndio pode ser compreendida na primeira referência à D. Joaquina em livros, na obra *Plutus Brasiliensis* de Barão de Eschwege, publicado pela primeira vez em 1833. O Barão de Eschwege esteve na propriedade de D. Joaquina, em razão da composição da obra, e lá se hospedou por mais de uma semana. Ele cita a dimensão:

“Rio Peixe abaixo até a barra do Pará, por este abaixo até a sua confluência com o Rio São Francisco; por este abaixo até a foz do Rio Paraopeba; por este acima até o Ribeirão de Rio Pardo; de onde a linha divisória se dirige ao Córrego do Ouro e deste ao Ribeirão do Manda-Saia. Daí segue pela Serra do Amorim até a barra do Rio

Peixe, onde teve principio.” (Ref *Plutus Brasilesis*, Tradução de Domício de Figueiredo Murta. apud in CAMPOS, 2003).

De seus filhos nasceu uma vasta descendência , composta por 87 netos, 333 bisnetos e 1108 trinetos e como cita Castro (2011) originaram algumas famílias influentes em Minas Gerais como, Castelo Branco, Lopes Cançado, Guimarães, Abreu e Silva, Cunha Pereira, Alvares da Silva, Machado (Souza Machado, Castro Machado, Serra Machado), Cordeiro, Valadares, Maciel, Oliveira Campos, Pinto Ribeiro, Agjunto, Sigaud, Vasconcelos, Capanema, Mascarenhas, Melo Franco, dentre muitas outras.

A trajetória de D. Joaquina nos revela uma mulher forte, preparada para assumir o núcleo de sua família e a administração de seu latifúndio, diferentemente do papel que era dado as mulheres deste tempo. Oliveira (2009) acredita que D.Joaquina esteve “inserida em uma sociedade patriarcal²³, na qual ela exerceu a posição de chefe, o representante da família.” Ela era o núcleo da família, da rede ampla e sólida de amizades que estabeleceu nas capitâneas de Minas e no Rio de Janeiro, das transformações ocorridas na paisagem do Pompéu pela pecuária, da economia local do centro-oeste de Minas Gerais.

A figura marcante de Joaquina do Pompéu está presente nos modos de vida de todos que podem desfrutar de algum modo a memória de D. Joaquina. Por onde se passa as pessoas querem lembrar que são descendentes ou que conhecem esta personalidade, contar uma pouco dos seus “causos”.

A figura abaixo é uma das poucas representações de D. Joaquina do Pompéu. Yara Tupynambás retratou D. Joaquina em uma tela de acrílico e descreveu a obra:

²³ “o patriarcalismo não se refere ao indivíduo do sexo masculino como peça central da organização familiar. [...] o patriarcalismo é entendido aqui como um conjunto de valores e práticas familiares, ligados a outros elementos como a presença de redes de amizade, influência política, econômica e social. Dona Joaquina enquadra-se neste perfil, pois construiu sua vida em torno destas práticas, e com isto entendeu-se que a matriarca, na verdade, não rompeu com a sociedade patriarcal existente nas Minas Gerais, ela apenas mudou um de seus elementos.” (OLIVEIRA, 2009).

Figura 9 – Acrílico de D. Joaquina por Yara Tupynambá



Fonte: Hugo Castro

“(…) [Pintar Joaquina com] um pé na terra e outro calçado quer dizer [que] com um pé ela está pisando nas terras dela mesmo, esta coisa de pisar, de ser dono da terra. O pé calçado é a dama, a senhora, a dona da terra, e aí quer dizer a mulher de trato civilizado, que negocia, que viaja pela terra. É a mulher pisando naquilo que é dela.” (TUPYNAMBÁ, 2005. Entrevista. apud in NORONHA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A virada do século XVIII para o século XIX na capitania de Minas Gerais é responsável por dar visibilidade às transformações da paisagem no centro-oeste de Minas ocorridas em função da dinâmica econômica local. Essa conjuntura de fim de século que colocou em evidência transformações internas e externas qualificam esse período como um ponto de inflexão na história do centro-oeste de Minas Gerais.

A decadência total da economia do ouro, o movimento centrifugo de repovoamento da Capitania, e a partir de 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e o enfraquecimento do pacto colonial, são os marcos principais de um contexto que ressignificou a ordem econômica colonial, em que o peso sobre o (re)arranjo da economia mineira deu forças ao mercado interno e o comércio de gêneros de subsistência com a praça do Rio de Janeiro, proporcionando um amplo espaço para o desenvolvimento da produção agropecuária nas Minas.

A produção agropecuária já existia nas Minas Gerais mesmo no período áureo do ouro, mas somente com a decadência da principal atividade econômica da colônia, a exploração de metais preciosos e uma reordenação demográfica na Capitania é que a pecuária alcança um desenvolvimento significativo capaz de atender as demandas do mercado interno não só da Capitania de Minas como também as demandas da capital da colônia. Embora ainda encontremos na literatura trabalhos que diminuam a importância da economia local mineira e a inexistência de um mercado interno fortalecido no período colonial em análise, a segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX, pudemos, a partir da realização deste trabalho, compreender que havia um economia local em Minas Gerais e que esta foi fundamental para transformação da paisagem do Pompéu.

A transformação da paisagem do centro-oeste de Minas Gerais, que antes era dominada pelo economia gerada pelo ciclo do ouro, se deu em função do desenvolvimento da pecuária, como uma economia local que atendesse o mercado interno. A fazenda de D. Joaquina do Pompéu, tomada neste trabalho como tipo ideal²⁴ para análise, reforça a ideia de como o gado, a produção agropecuária, foi capaz de

²⁴ Tipo ideal é um conceito de Max Weber, é a constatação de um conceito sobre um fenômeno a partir de suas características gerais e mais salientes.

alterar a cultura local, criando a figura imponente e importante do fazendeiro de gado²⁵; desenvolver uma economia local capaz de abastecer o mercado interno do país; acompanhar as transformações políticas que naquele momento ocorriam, fornecendo reforços na luta pela independência.

Enfim, a paisagem local foi configurada por meio de sucessivas intervenções humanas no espaço ao longo do tempo. As paisagens atuais de Pompéu são, portanto o resultado da ação humana sobre o espaço.

²⁵ Neste caso, fazendeira de gado, reverenciando o papel desta mulher que assumiu o comando desta família e dos negócios do marido, tornando-se referência para o estudo do fortalecimento da agropecuária em Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BECKER, Elisabeth L. S. et al. Em busca de Humboldt, La Blache e Milton Santos: um ensaio no tempo e no espaço. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre-RS. **Anais...** Porto Alegre-RS: ENG, 2010. Disponível em: < www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1539 > Acesso em: 12 abril. 2011.

CAMPOS, Deusdedith P. Ribeiro de. **Dona Joaquina do Pompéu**: sua história sua gente. Belo Horizonte: Roma, 2003.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A História do Abastecimento e a Historiografia Brasileira**. 2006. Disponível em: < www.historia.uff.br/polis/files/texto_7.pdf > Acesso em: 02 maio. 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: _____. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vizes, 1979. apud in SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e poder**: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CASTRO, Hugo Henrique de. **Dona Joaquina do Pompéu**. 2009. Disponível em: < <http://pompeanodamemoria.blogspot.com/2011/03/dona-joaquina-do-pompeu.html> > Acesso em 04 maio. 2011.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes*: Mercadores das Minas Setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, p. 82-83, 1995. apud in SILVA, Flávio Marcus da. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em minas gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2004, Diamantina – MG. **Anais...** Diamantina - MG: SEM, 2004. Disponível em: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/SILVA.PDF>> Acesso em: 11 maio. 2011.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). Disponível em: < http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp > Acesso em 12 Ago. 2010.

COUTO, Edivando Vitor do; DELGADO, Edelaine Nabarreti; PASSOS, Messias Modesto dos. Processos e transformações na evolução da paisagem do município de novo Itacolomi – PR. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 13, 2009, Viçosa-MG. **Anais ...** Viçosa-MG: SBGFA,2009 Disponível em: < http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo12/010.pdf > Acesso em: 12 abril. 2011.

FIUZA, Ricardo A. Malheiros. Pitangui: matriz de cidades motins. **Revista Casa dos Contos**, v.2, 2008. Disponível em: < http://www.pitangui.mg.gov.br/v1/index.php?option=com_content&view=article&id=1 >

50:pitangui-matriz-de-cidades-e-de-motins&catid=59:imprensa&Itemid=125 > Acesso em: 16/10/2010.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro , 1790-1830.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Ática, 1990. apud in SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). **Revista do Departamento de Historia,** Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, n.2, 1986. Disponível em: < www.fafich.ufmg.br/varia/numeros/2/pt > Acesso em 27 abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTICA (IBGE). Disponível em : < WWW.ibge.com.br > Acesso em 01 jun. 2011.

LAZARINI, Ademir Quintilio; MURASSE, Celina Midori; SILVA, Silvia Mara da. **A contribuição de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) para a história da educação brasileira.** Disponível em : < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art5_10.html > Acesso em: 12 maio. 2011.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil.** 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993. Disponível em: < www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/tropeiros-em-alta > Acesso em: 02 maio. 2011.

NORONHA, Gilberto Cezar de. **Joaquina do Pompéu: tramas e memórias nos sertões do São Francisco.** Uberlândia: EDUFU, 2007.

OLIVEIRA, Laizeline Aragão de. Dona Joaquina do Pompéu: contribuições para o abastecimento da América portuguesa (1764–1824). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,** v. 1, n.2, 2009. Disponível em:< http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Dona%20Joaquina%20do%20Pompeu.pdf > Acesso em: 21 out. 2010.

PASSOS, Messias Modesto dos. Biogeografia e Paisagem. 2ª ed. Presidente Prudente: UNESP – PPGE, 2ª. Edição , 2003. **apud in** COUTO, Edivando Vitor do; DELGADO, Edelaine Nabarreti; PASSOS, Messias Modesto dos. Processos e transformações na evolução da paisagem do município de novo Itacolomi – PR. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 13, 2009, Viçosa-MG. Anais ... Viçosa-MG: SBGFA,2009 Disponível em: < http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo12/010.pdf > Acesso em: 12 abril. 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMPÉU. Disponível em: < <http://www.pompeu.mg.gov.br/> > Acesso em 12 Ago. 2010.

RIBEIRO, Coriolano; GUIMARÃES, Jacinto. Dona Joaquina do Pompéu. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. **apud in** LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993. Disponível em: < www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/tropeiros-em-alta > Acesso em: 02 maio. 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=JRvh0ebaIXoC&printsec=frontcover&source=gb_s_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false > Acesso em: 15 abril. 2011.

SILVA, Flávio Marcus da. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em minas gerais no século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2004, Diamantina – MG. **Anais...** Diamantina - MG: SEM, 2004. Disponível em: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/textos/SILVA.PDF> > Acesso em: 11 maio. 2011.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. Paisagem: um conceito chave na Geografia. 2009. In> ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo-Uruguay. **Anais ...** Montevideo- Uruguay. EGAL, 2009. Disponível em: < http://egal2009.easyplanners.info/area07/7624_Dias_Silveira_Emerson_Lizandro.pdf > Acesso em: 23 mar. 2011.

VASCONCELOS, Agripa. **Sinhá braba**: romance do ciclo agropecuário nas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VEIGA, José Eli da. A dimensão Rural do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n.22,2004. Disponível em:< http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=19> Acesso em: 01 Set. 2010.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1990.

ANEXO II - Vista da Fazenda do Pompéu (ao fundo) já em ruínas na década de 1940



Fonte: http://www.revistatiploc.com.br/tiploc_07.pdf

ANEXO III – Solar de D. Joaquina



Fonte: 44R4444://pompeanodamemoria.blogspot.com/2011/03/dona-joaquina-do-pompeu.html

ANEXO IV – Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850)



Fonte: 45R4545://45R45.brasiliana.usp.br/bbd/search?fq=dc.subject:%22Vasconcelos,+Bernardo+Pereira+de,+1795-1850%22

ANEXO V – Fazenda Marruaz



Fonte: André Rachid

ANEXO VI – Fazenda Quati



Fonte: André Rachid

ANEXO VII – Fazenda São Miguel



Fonte: André Rachid